

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE  
2019**

**DENOMINAÇÃO:** LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**MORADA:** Rua Santos Pousada, nº. 182

**LOCALIDADE:** Porto

**FREGUESIA:** Bonfim

**CONCELHO:** Porto

**COD. POSTAL:** 4000-478

  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

**A DIRECÇÃO:**

**DATA:** Porto \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS:**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

**Contribuinte :** 500849200  
**Moeda :** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	183 797,76	185 955,25
Ativos intangíveis	5	170,83	427,08
Investimentos financeiros	11.12	3 151,58	2 089,32
		187 120,17	188 471,65
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	1 128,75	866,54
Créditos a receber	11.6	277,00	23,50
Estado e outros entes públicos	11.7	4 547,42	6 933,99
Diferimentos	11.2	1 075,22	2 484,44
Outros ativos correntes	11.1	225 159,11	275 062,42
Caixa e depósitos bancários	11.3	1 675 778,72	1 766 397,24
		1 907 966,22	2 051 768,13
<b>Total do ativo</b>		<b>2 095 086,39</b>	<b>2 240 239,78</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.4	31 666,62	31 666,62
Resultados transitados	11.4	1 552 190,22	1 609 084,72
		1 583 856,84	1 640 751,34
Resultado líquido do período		-72 215,44	-56 894,50
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 511 641,40</b>	<b>1 583 856,84</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	19 729,18	10 565,48
Estado e outros entes públicos	11.7	10 769,28	11 466,01
Diferimentos	11.2	137 486,11	211 515,73
Outros passivos correntes	11.8	415 460,42	422 835,72
		583 444,99	656 382,94
<b>Total do passivo</b>		<b>583 444,99</b>	<b>656 382,94</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 095 086,39</b>	<b>2 240 239,78</b>

A Direção

Contabilista Certificado

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

500849200

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	7	21 043,50	15 891,50
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.9	693 214,68	602 384,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-73 415,43	-62 122,84
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-211 853,54	-182 124,23
Gastos com o pessoal	9	-450 345,10	-428 673,28
Aumentos/reduções de justo valor	11.11	135,82	-532,40
Outros rendimentos	7, 11.13	18 170,78	14 376,03
Outros gastos	11.14	-56 340,25	-1 632,44
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-59 389,54</b>	<b>-42 433,02</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-12 825,90	-14 461,48
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-72 215,44</b>	<b>-56 894,50</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-72 215,44</b>	<b>-56 894,50</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-72 215,44</b>	<b>-56 894,50</b>

A Direção

Contabilista Certificado

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

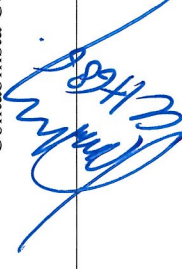
Contribuinte: 500849200

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pre-escolar	Lar Residência	Projeto Gas Fenosa I e II	Projeto POISE	PERÍODOS	
						2019	2018
Vendas e serviços prestados		21 043,50				21 043,50	15 891,50
Custo das vendas e dos serviços prestados		-117 486,19	-411 564,37			-529 050,56	-490 796,12
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-96 442,69</b>	<b>-411 564,37</b>		<b>0,00</b>	<b>-508 007,06</b>	<b>-474 904,62</b>
Outros Rendimentos		113 885,90	523 134,23	47 943,02	26 597,14	711 560,29	596 626,88
Gastos administrativos		-27 304,93	-119 522,82	-46 153,32	-26 597,14	-219 578,21	-177 100,92
Outros Gastos		-655,55	-54 707,57	-827,34		-56 190,46	-1 515,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<b>-10 517,27</b>	<b>-62 660,53</b>	<b>962,36</b>	<b>0,00</b>	<b>-72 215,44</b>	<b>-56 894,60</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-10 517,27</b>	<b>-62 660,53</b>	<b>962,36</b>	<b>0,00</b>	<b>-72 215,44</b>	<b>-56 894,60</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-10 517,27</b>	<b>-62 660,53</b>	<b>962,36</b>	<b>0,00</b>	<b>-72 215,44</b>	<b>-56 894,60</b>

A Direção

Contabilista Certificado



**LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		20 820,20	15 455,01
Pagamentos a fornecedores		-257 382,48	-236 269,26
Pagamentos ao pessoal		-278 920,29	-272 013,25
Caixa gerada pelas operações		-515 482,57	-492 827,50
Outros recebimentos/pagamentos		432 751,71	436 116,21
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-82 730,86	-56 711,29
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-11 156,07	-8 010,22
Investimentos financeiros		-1 045,77	-747,15
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		8,79	219,50
Juros e rendimentos similares		910,57	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-11 282,48	-8 537,87
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		2 383,90	0,00
Outras operações de financiamentos		1 010,92	1 010,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		3 394,82	1 010,92
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-90 618,52	-64 238,24
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		1 766 397,24	1 830 635,48
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
	11.3	1 675 778,72	1 766 397,24

A Direção

Contabilista Certificado

# **LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**2019**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos fixos tangíveis.....	11
5	Ativos Intangíveis .....	11
6	Inventários .....	12
7	Rendimentos e gastos.....	12
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	13
9	Benefícios dos empregados .....	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras divulgações.....	14
11.1	Outros ativos correntes .....	14
11.2	Diferimentos .....	14
11.3	Caixa e Depósitos Bancários .....	15
11.4	Fundos Patrimoniais .....	15
11.5	Fornecedores .....	15
11.6	Créditos a receber.....	15
11.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	16
11.8	Outros Passivos Correntes .....	16
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	17
11.10	Fornecimentos e serviços externos .....	18
11.11	Aumentos do justo valor .....	18
11.12	Investimentos financeiros .....	18
11.13	Outros rendimentos.....	19
11.14	Outros gastos .....	19
11.15	Resultados Financeiros .....	20
11.16	Projeto Gasfenosa .....	20
11.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	23
11.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	23

## **1 Identificação da Entidade**

---

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.2 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11.3, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.2.4 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Todas as propriedades de investimento que a instituição detém foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma contabilística em vigor desde 1/1/2016.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

### **3.2.6 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### **3.2.7 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos fixos tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	31-12-2019
Edifícios e Outras Construções	230 118,59	8 956,80	239 075,39
Equipamento Básico	97 107,71	1 169,92	98 277,63
Equipamento de Transporte	14 864,18		14 864,18
Equipamento Administrativo	107 756,90	285,44	108 042,34
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77		6 673,77
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>456 521,15</b>	<b>10 412,16</b>	<b>466 933,31</b>
Depreciações Acumuladas			
Edifícios e Outras Construções	64 991,41	4 106,16	69 097,57
Equipamento Básico	80 658,07	5 583,03	86 241,10
Equipamento de Transporte	14 864,18		14 864,18
Equipamento Administrativo	103 378,47	2 880,46	106 258,93
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77		6 673,77
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>270 565,90</b>	<b>12 569,65</b>	<b>283 135,55</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>185 955,25</b>	<b>-2 157,49</b>	<b>183 797,76</b>

#### 5 Ativos Intangíveis

##### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	31-12-2019
Programas de Computador	1 134,58		1 134,58
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>1 134,58</b>		<b>1 134,58</b>
Depreciações Acumuladas			
Programas de Computador	707,50	256,25	963,75
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>707,50</b>	<b>256,25</b>	<b>963,75</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>427,08</b>	<b>-256,25</b>	<b>170,83</b>



## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 128,75	866,54
<b>Total</b>	<b>1 128,75</b>	<b>866,54</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2019	2018
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	866,54	885,07
Compras	63 051,07	48 705,02
Doações	10 626,57	13 399,29
Saldo Final	1 128,75	866,54
<b>Gastos do Período</b>	<b>73 415,43</b>	<b>62 122,84</b>

A rubrica Doações diz respeito aos valores doados relativos a géneros alimentares.

## 7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>21 043,50</b>	<b>15 891,50</b>
Quotas do Utilizadores	21 043,50	15 891,50
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>16 835,69</b>	<b>8 993,78</b>
Rendas e Outros Rendimentos	16 835,69	8 993,78
<b>Juros e dividendos</b>	<b>1 335,09</b>	<b>5 382,25</b>
Depósitos Bancários	324,17	4 371,33
De Títulos	1 092,92	1 010,92
<b>Total</b>	<b>39 214,28</b>	<b>30 267,53</b>

## 8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2019	2018
		Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	544 863,47	470 801,94
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável	28 441,68	28 744,08
Segurança Social - Prestação Familiar	Não Reembolsável	18 440,86	18 763,20
F.S. Europeu/OE - Poise	Não Reembolsável	26 597,14	8 082,43
<b>Total</b>		<b>618 343,15</b>	<b>526 391,65</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2019 e 2018 foi de, respetivamente, 29 e 28.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	360 944,04	345 590,89
Indeminizações	3 723,28	42,53
Encargos sobre as Remunerações	78 246,38	75 906,22
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 105,52	5 458,59
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	235,00	150,00
Vestuário e Calçado	34,55	246,33
Higiene, medicina e segurança no trabalho	1 056,33	1 278,72
<b>Total</b>	<b>450 345,10</b>	<b>428 673,28</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 11.1 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Fornecedores - saldos devedores	983,85	1 563,41
Juros a receber	0,00	586,40
Rendas a receber	3 622,76	3 235,06
Reposição dotação	525,69	0,00
Seguros a receber	115,86	0,00
Programa expansão pré-escolar	28 746,36	28 744,08
Projeto Poise	41 571,33	41 571,33
Faculdade Educandas	654,00	1 317,00
Projeto GasFenosa	97 892,38	147 133,36
Ageas – valores a reembolsar	5,95	5,95
Outros devedores	56,10	56,10
Gastos a reembolsar	135,61	135,61
Títulos - CGD	193,69	223,7
Montepio Tesouraria - Fundos	50 655,53	50 490,42
<b>Total</b>	<b>225 159,11</b>	<b>275 062,42</b>

### 11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	520,27	1 989,16
Medicina no Trabalho	554,95	495,28
<b>Total</b>	<b>1 075,22</b>	<b>2 484,44</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Projeto GasFenosa	123 141,73	170 074,21
Rendas	116,50	616,50
Projeto Poise	14 227,88	40 825,02
<b>Total</b>	<b>137 486,11</b>	<b>211 515,73</b>

### 11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	6 864,21	1 796,14
Depósitos à Ordem	167 188,30	163 485,46
Depósitos a Prazo	1 501 726,21	1 601 115,64
<b>Total</b>	<b>1 675 778,72</b>	<b>1 766 397,24</b>

### 11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2019:

Descrição	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final
Fundos	31 666,62		31 666,62
Resultados Transitados	1 609 084,72	56 894,50	1 552 190,22
<b>Total</b>	<b>1 640 751,34</b>	<b>56 894,50</b>	<b>1 583 856,84</b>

### 11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores	19 729,18	10 565,48
<b>Total</b>	<b>19 729,18</b>	<b>10 565,48</b>

### 11.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Cientes</b>		
Utentes	277,00	23,50
<b>Total</b>	<b>277,00</b>	<b>23,50</b>

### 11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Ativo</b>		
IVA - A Recuperar	4 547,42	6 933,99
<b>Total</b>	<b>4 547,42</b>	<b>6 933,99</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte - IRS	2 443,00	2 677,00
IVA - Reembolso em Excesso	0,00	717,57
Segurança Social	8 225,13	7 996,64
FCT e FGCT	101,15	74,80
<b>Total</b>	<b>10 769,28</b>	<b>11 466,01</b>

### 11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
	Corrente	Corrente
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>	<b>69 159,64</b>	<b>76 553,25</b>
Remunerações a Liquidar	60 560,63	57 828,61
Outras despesas diferidas		
Seguros	279,70	0,00
Água	46,56	205,58
Eletricidade	2 566,36	2 402,28
Gás	148,61	106,60
Reposição acordos cooperação	2 453,22	14 349,78
Outros Credores por ac. Gastos	3 104,56	1 660,40
<b>Instituto Segurança Social</b>	<b>346 075,75</b>	<b>346 075,75</b>
Reposição Dotação Lar 2014	140 065,93	140 065,93
Reposição Dotação Lar 2015	167 357,72	167 357,72
Reposição Dotação Lar 2016	38 652,10	38 652,10
<b>Outros Credores</b>	<b>225,03</b>	<b>206,72</b>
Outros Credores	225,03	206,72
<b>Total</b>	<b>415 460,42</b>	<b>422 835,72</b>

Os valores inscritos na rubrica “Reposição Dotação Lar ...” respeitam aos valores que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante os períodos em causa as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao que estava acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

### 11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
ISS, IP - Centro Distrital (dotação)	544 863,47	470 801,94
IGEFE - Diferencial das educadoras	28 441,68	28 744,08
Fundo Social Europeu/OE - Poise	26 597,14	8 082,43
Outras Entidades	66 298,62	73 037,29
Donativos	27 013,77	21 684,50
Legados	0,00	34,40
<b>Total</b>	<b>693 214,68</b>	<b>602 384,64</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os subsídios de “Outra Entidades” englobam 18.440,86 euros de subsídios familiares e 46.932,48 euros referentes ao projeto Gásfenosa.

O valor inscrito em donativos contempla, além de outros, o valor de 10.626,57 euros em géneros alimentares doados pela Lactogal e 10.160,30 euros relativos a outros donativos em espécie.

**11.10 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	5 290,03	0,00
Serviços especializados	28 032,23	35 297,79
Materiais	12 955,69	8 073,16
Energia e fluídos	25 896,85	26 670,96
Deslocações e estadas	4 380,12	3 601,36
Serviços diversos	29 054,56	18 708,78
Encargos com Utentes	33 565,60	28 533,66
Projeto GasFenosa	46 081,32	54 202,09
Encargos com Projetos Financiados	26 597,14	7 036,43
<b>Total</b>	<b>211 853,54</b>	<b>182 124,23</b>

**11.11 Aumentos do justo valor**

A Entidade detém fundos mobiliários designados por “Montepio Tesouraria”. As 531,0817 unidades de participação tinham, a 31/12/2019, um valor de 50.655,53 euros pelo que se reconheceu um ganho pelo aumento do justo valor de 165,11 euros. Detém também ativos financeiros na Caixa Geral de Depósitos (Ações e Obrigações) tendo sido registados ajustamentos negativos no valor total de 39,01 e ajustamentos favoráveis no valor de 9,00€.

**11.12 Investimentos financeiros**

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
Participação – Social Shop	250,00	250,00
FCT	2 901,58	1839,32
<b>Total</b>	<b>3 151,58</b>	<b>2 089,32</b>

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

**11.13 Outros rendimentos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>16 835,69</b>	<b>8 993,78</b>
Rendimentos suplementares (comparticipação pais JJ)	94,00	0,00
Descontos Pronto Pagamento	48,18	60,00
Recuperação de dívidas a receber	219,00	0,00
Outros rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,20	5,78
Rendas e Outros Rendimentos prop. Investimento	6 702,74	8 928,00
Restituição de impostos	717,57	0,00
Reembolso Subsídio Alimentação	9 045,00	0,00
<b>Juros</b>	<b>1 335,09</b>	<b>5 382,25</b>
Depósitos Bancários	324,17	4 371,33
De Títulos	1 010,92	1 010,92
<b>Total</b>	<b>18 170,78</b>	<b>14 376,03</b>

No que concerne ao valor da rubrica “Rendas e Outros Rendimentos”, para além de outros, em 2019 foi reconhecido o valor de 3.622,76 euros relativo ao imóvel em copropriedade com o Instituto Profissional do Terço.

**11.14 Outros gastos**

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	0,00	408,00
Dividas incobráveis	188,80	649,00
Gastos em investimentos financeiros	1,00	0,00
Gastos em propriedade de investimento	50 000,00	0,00
Correções exercícios anteriores	5 569,75	0,00
Quotizações	396,00	300,00
Multas e Penalidades	183,80	275,44
Outros	0,90	0,00
<b>Total</b>	<b>56 340,25</b>	<b>1 632,44</b>

Em abril de 2019 a instituição cessou contrato com o Inquilino “Farfel” pelo que, a título de compensação global pecuniária pela denúncia do “Contrato de Arrendamento”, obrigou-se a pagar à Arrendatária a quantia global de 50.000,00 €. A Arrendatária aceitou a quantia entregue e conseqüentemente, renunciou a qualquer outra compensação ou indemnização que lhe seja devida, seja a que título for.



Dos 5.569,75 da rubrica Outros gastos – Correções exercícios anteriores, 827,34 dizem respeito a gastos com mensalidades e propinas do projeto Gas Fenosa não reconhecidos no ano de 2018. Este valor está incluído na nota 11.16 no quadro de gastos incorridos no projeto.

### 11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros Suportados	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	324,17	4 371,33
Dividendos obtidos	1 010,92	1 010,92
<b>Total</b>	<b>1 335,09</b>	<b>5 382,25</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>1 335,09</b>	<b>5 382,25</b>

### 11.16 Projeto Gasfenosa I, Gasfenosa II e POISE

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado “Projeto Gasfenosa”. Este programa consiste no apoio por parte da empresa Gasfenosa aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto, primeiramente, iria ser desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tinha um valor global previsto de 263 891,00 euros. Em maio de 2018 foi feita uma Adenda ao Acordo de Cooperação, onde mais quatro alunas passaram a integrar o programa e, por esse motivo, atualizou-se a contribuição da Associação “DIA SOLIDARIO” de GAS NATURAL FENOSA para o montante máximo global de 302.608,00€.

O quadro seguinte reflete a nova distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rubricas aprovadas para o projeto:

Tipo Gasto	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	Total
Matrícula	26 910	27 902	21 051	15 701	37 994	23 780	29 119	18 414	15 663	<b>216 533</b>
Manuais escolares	3 568	969	1 819	2 450	4 269	2 800	3 192	2 169	1 413	<b>22 648</b>
Apoio	4 128	763	1 198	1 745	3 012	3 300	3 603	3 090	2 197	<b>23 035</b>
Cantina	5 012	1 140	1 257	1 201	5 874	4 170	3 410	1 585	1 085	<b>24 734</b>
Transporte	1 190	837	2 089	3 024	1 257	1 972	2 404	1 889	1 000	<b>15 659</b>
<b>Total</b>	<b>40 808</b>	<b>31 610</b>	<b>27 413</b>	<b>24 120</b>	<b>52 405</b>	<b>36 022</b>	<b>41 727</b>	<b>27 147</b>	<b>21 358</b>	<b>302 608</b>

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
<b>Ano 2014</b>	32 646,00	32 646,00
<b>Ano 2015</b>	33 449,00	66 095,00
<b>Ano 2016</b>	28 252,00	94 347,00
<b>Ano 2017</b>	24 779,00	119 126,00
<b>Ano 2018</b>	50 204,00	169 330,00
<b>Ano 2019</b>	38 842,00	208 172,00
<b>Ano 2020</b>	41 798,00	249 970,00
<b>Ano 2021</b>	29 080,00	279 050,00
<b>Ano 2022</b>	22 219,00	301 269,00
<b>Ano 2023</b>	1339,00	302 608,00

Os gastos incorridos nas diferentes rubricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2019, são discriminados no quadro seguinte:

<b>Valor Total Projeto</b>	<b>Valor Recebido</b>	<b>Recebimentos Futuros</b>
Inicial 263.891,00€		
Recebido ano 2014	33 340,00	
Recebido ano 2015	45 330,92	
Recebido ano 2016	22 889,00	
Recebido ano 2017	31 197,00	
Recebido ano 2018	55 134,00	
Recebido ano 2019	49 240,98	
<b>Total Recebimentos</b>	<b>237 131,90</b>	<b>65 476,10</b>
<b>GASTOS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Matrículas e Mensalidades	33 007,03	21 620,78
Manuais Escolares	2 114,82	1 372,37
Apoio ao Estudo	1 601,00	3 575,10
Alimentação (cantinas)	3 220,55	1 845,00
Transportes e outros	5 429,43	5 727,05
<b>Total</b>	<b>45 372,83</b>	<b>34 140,30</b>
<b>Rendimento Reconhecido</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Projeto Gasfenosa	46 335,19	34 140,30

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gasfenosa durante o exercício de 2019 ascenderam a 45.372,83 euros. O rendimento reconhecido em 2019 foi no valor de 46.335,19 euros. A diferença deve-se a um recebimento no valor de 962,36 da Fundação salesianos, independente do apoio do Gas Fenosa ao projeto.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 49.240,98 euros referentes ao Projeto Gasfenosa.

Ainda sobre o projeto Gas Fenosa I, existe ainda a possibilidade de prorrogação do projeto até ao ano letivo de 2028.

A entidade no exercício de 2018 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "Projeto A Todo o Gás (Gas Fenosa II)". O projeto, inicialmente, iria ser desenvolvido entre fevereiro de 2018 e julho de 2019 e tinha um valor global previsto de 29.817,28 euros. No entanto, de forma a maximizar o nível de execução do programa, foi solicitada a prorrogação do projeto até 31/12/2020, que certamente irá ser aceite.

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Gas Fenosa II durante o exercício de 2019 ascenderam a 1.607,83 euros. O rendimento reconhecido em 2019 foi igual aos gastos incorridos no valor de 1.607,83 euros.

Até ao momento foram registados gastos totais no valor de 21.741,61 euros e foram reconhecidos rendimentos de igual valor.

Também em 2018 a instituição efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "POISE". O projeto tem um valor global previsto de 48.907,45 euros, tendo recebido até ao momento 7.336,12 euros do respetivo valor.

Em 2019 foram registados gastos totais no valor de 26.597,14 euros e foi reconhecido o rendimento de igual valor.

#### **11.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2019, foi o seguinte:

Pré-escolar : **36**; Lar Infância e Juventude: **34**.

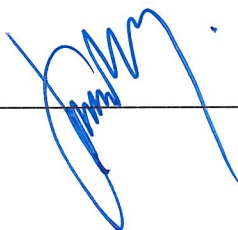
#### **11.18 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 30 de Abril de 2020

O Contabilista Certificado



A Direção

